



Prefeitura do Município de Osasco

Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva – Nível Superior

Fiscal Tributário 1ª Classe

TIPO 3 – AMARELA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - este caderno de prova contendo **60** questões objetivas, cada qual com **5 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E);
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
- Somente após decorrida **uma hora e trinta minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de prova.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **16/09/2014**, no endereço eletrônico <http://fgvprojetos.fgv.br/concursos/prefeituradeosasco>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h do dia **17/09/2014** até as 23h59 do dia **18/09/2014**, observado o horário oficial, no endereço <http://fgvprojetos.fgv.br/concursos/prefeituradeosasco>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

FESTA

Uma explicação simples para a proliferação nas favelas e nos subúrbios de campinhos de terra batida: o futebol, no Brasil, é esse fenômeno que leva à glória e à fortuna um menino pobre, quase sempre negro ou mulato, o que já o situa em um país que aboliu a escravidão mas não a sua herança.

Pelé ou Neymar, esse menino serve de espelho às esperanças de um povo inteiro a quem o futebol oferece uma oportunidade — rara, quase única — de se sentir o melhor do mundo. A centralidade do futebol na vida dos brasileiros é razão de sobra para vivermos este mês em estado de euforia como se na Copa do Mundo estivesse em jogo a nossa identidade. (...)

A Copa do Mundo revela ambiguidades de nosso tempo. Um bilhão e meio de pessoas assistem às mesmas imagens confirmando o avanço da globalização. Mas o conteúdo das imagens a que todos assistem afirma os pertencimentos nacionais, expressos com símbolos ancestrais, bandeiras, emblemas, hinos entoados com lágrimas nos olhos. O nosso é cantado a capela pelos jogadores e uma multidão em verde e amarelo desafiando o regulamento da FIFA, entidade sem pertencimento que salpica no espetáculo, em poucas notas mal tocadas, o que para cada povo é a evocação emocionada de sua história. No mundo de hoje comunicação e mobilidade se fazem em escala global, mas os sentimentos continuam tingidos pelas cores da infância.

O respeito às regras, saber ganhar e saber perder, são conquistas de um pacto civilizatório cuja validade se testa a cada jogo. (...)

O futebol é useiro e vezeiro em contrariar cenários previsíveis. O acaso pode ser um desmancha-prazeres. A multidão que se identifica com os craques e que conta com eles para realizar o gesto de grandeza que em vidas sem aventuras nunca acontece, essa massa habitada pela nostalgia da glória deifica os jogadores e esquece — e por isso não perdoa — que deuses às vezes tropeçam nos próprios pés, na angústia e no medo.

É essa irrupção do acaso que faz do futebol mais do que um esporte, um jogo, cuja emoção nasce de sua indisfarçada semelhança com a própria vida, onde sucesso ou fracasso depende tanto do imponderável. Não falo de destino porque a palavra tem a nobreza das tragédias gregas, do que estava escrito e fatalmente se cumprirá. O acaso é banal, é próximo do absurdo. É, como poderia não ter sido. Se o acaso é infeliz chamamos de fatalidade. Feliz, de sorte. O acaso decide um jogo. Nem sempre a vida é justa, é o que o futebol ensina.

(...)

A melhor técnica, o treino mais cuidadoso estão sujeitos aos deslizamentos humanos.

(...)

O melhor do futebol é a alegria de torcer. Essa Copa do Mundo vem sendo uma festa vivida nos estádios, nas ruas e em cada casa onde se reúnem os amigos para misturar ansiedades. A cada gol da seleção há um grito que vem das entranhas da cidade. A cidade grita. Nunca tinha ouvido o Rio gritar de alegria. Um bairro ou outro, talvez, em decisões de campeonato. Nunca a cidade inteira, um país inteiro. Em tempos de justificado desencanto e legítimo mau humor, precisamos muito dessa alegria que se estende noite adentro nas celebrações e na confraternização das torcidas.

Passada a Copa, na retomada do cotidiano, é provável que encontremos intactos o desencanto e o mau humor, já que não há, à vista, sinais de mudança no que os causou. Uma razão a mais para valorizar esse tempo de alegria na vida de uma população que, no jogo da vida, sofre tantas faltas.

(OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Festa. Seção: Opinião. *O Globo*, 21.6.2014, p. 20).

1

“Festa”, título do texto, justifica-se porque a Copa de 2014:

- (A) é pretexto para reunir amigos em casa;
- (B) é momento de alegria em tempo de desencanto;
- (C) promove a revelação da identidade dos países;
- (D) retrata com símbolos os pertencimentos nacionais;
- (E) revela ambiguidades do mundo contemporâneo.

2

Segundo o texto, a centralidade do futebol na vida dos brasileiros pode ser explicada pela oportunidade rara de o povo, ao espelhar-se nos craques do time, viver a esperança de:

- (A) enriquecer rapidamente;
- (B) ocupar lugar de destaque na mídia;
- (C) sentir-se o melhor do mundo;
- (D) subir na vida sem muito esforço;
- (E) transformar-se em celebridade.

3

Observe: “(...) um país que aboliu a escravidão, mas não a sua herança” (1º parágrafo).

Pelo contexto, pode-se inferir que, no Brasil, a “herança” da escravidão a que a autora se refere é:

- (A) a pobreza;
- (B) o futebol;
- (C) as favelas;
- (D) os mulatos;
- (E) os subúrbios.

4

Segundo o a autora, as transmissões visuais da Copa do Mundo revelam ambiguidades do nosso tempo entre:

- (A) avanços globais e atraso das culturas regionais;
- (B) igualdade de imagens, mas afirmação de distinções nacionais;
- (C) entidades com e sem pertencimentos nacionais;
- (D) maturidade dos organizadores *versus* infância dos torcedores;
- (E) tecnologia avançada, mas comunicação retrógrada.

5

“O futebol é useiro e vezeiro em contrariar cenários previsíveis.”

Pela expressão destacada, entende-se que, na prática, o futebol:

- (A) adquire durante os jogos o hábito de contrariar;
- (B) compraz-se frequentemente em contrariar;
- (C) gosta com frequência de contrariar;
- (D) costuma frequentemente contrariar;
- (E) tem como meta constantemente contrariar.

6

Ao cantar o hino a capela, o time e o público desafiam “o regulamento da FIFA, entidade sem pertencimento que salpica no espetáculo, em poucas notas mal tocadas, o que para cada povo é a evocação emocionada de sua história”.

Nesse trecho, a autora assume em relação à FIFA uma postura:

- (A) cética;
- (B) crítica;
- (C) descritiva;
- (D) dogmática;
- (E) isenta.

7

No trecho do 5º parágrafo: “essa massa (...) deifica os jogadores e esquece – e por isso não perdoa – que deuses às vezes tropeçam nos próprios pés, na angústia e no medo”, o uso do travessão duplo tem a função de:

- (A) destacar a informação mais importante do segmento;
- (B) indicar uma mudança de entonação, uma pausa mais forte;
- (C) intercalar uma explicação essencial ao sentido do trecho;
- (D) introduzir discurso direto, indicando mudança de interlocutor;
- (E) isolar comentário apostro, indicativo de uma opinião da autora.

8

Assinale a alternativa em que a troca da posição dos termos e da expressão destacados NÃO acarreta mudança de significação:

- (A) uma explicação simples para a proliferação nas favelas (1º parágrafo); uma simples explicação para a proliferação (...);
- (B) que leva à glória e à fortuna um menino pobre (1º parágrafo); que leva à glória e à fortuna um pobre menino;
- (C) um bilhão e meio de pessoas assistem às mesmas imagens; (3º parágrafo); (...) assistem às imagens mesmas;
- (D) (...) contrariar cenários previsíveis (5º parágrafo); (...) contrariar previsíveis cenários;
- (E) (...) que, no jogo da vida, sofre tantas faltas (9º parágrafo); (...) que, na vida do jogo, sofre tantas faltas.

9

O elemento abaixo destacado que exerce uma função discursiva diferente das demais pelo fato de a referência não estar no texto (função anafórica), mas fora dele é:

- (A) (...) o futebol, no Brasil, é esse fenômeno que leva (1º §);
- (B) (...) Pelé ou Neymar, esse menino serve (...) (2º §);
- (C) (...) para vivermos este mês em estado de euforia (...) (2º §);
- (D) (...) essa massa habitada pela nostalgia da glória (5º §);
- (E) (...) precisamos muito dessa alegria (...) (8º §).

10

Assinale a alternativa em que o verbo “assistir” tem valor semântico diferente do conteúdo presente nas demais opções:

- (A) um bilhão e meio de pessoas assistem às mesmas imagens;
- (B) mas o conteúdo das imagens a que todos assistem (...);
- (C) mais de um bilhão de pessoas assistem aos jogos na Copa;
- (D) a maioria dos brasileiros assiste os jogos da Copa pela TV;
- (E) os bandeirinhas assistem ao juiz durante os jogos de futebol.

11

Em: “É essa irrupção do acaso que faz do futebol mais do que um esporte, um jogo, cuja emoção nasce de sua indisfarçada semelhança com a própria vida, onde sucesso ou fracasso depende tanto do imponderável”, os elementos coesivos destacados se referem a:

- (A) irrupção;
- (B) acaso;
- (C) esporte;
- (D) jogo;
- (E) vida.

12

Na passagem: “ (...) essa massa habitada pela nostalgia da glória deifica os jogadores e esquece (...) que deuses às vezes tropeçam (...)” (5º parágrafo), o verbo destacado poderia ser substituído por:

- (A) abençoa;
- (B) endeusa;
- (C) idolatra;
- (D) inveja;
- (E) mitifica.

13

Assinale a alternativa em que o termo sublinhado NÃO estabelece coesão com segmento(s) anterior(es):

- (A) (...), o que já o situa em um país (...) (1º §);
- (B) (...) o que para cada povo é a evocação (...) (3º §);
- (C) (...) é o que o futebol ensina (6º §);
- (D) (...) é o que o futebol ensina (6º §);
- (E) (...) sinais de mudança no que os causou (9º §).

14

O pronome relativo sublinhado exerce a função de objeto direto (e não de sujeito) em:

- (A) que salpica o que para cada povo é a evocação (...) (3º §);
- (B) a multidão que se identifica com os craques (...) (5º §);
- (C) (...) é essa irrupção do acaso que faz do futebol (...) (6º §);
- (D) nem sempre a vida é justa. É o que o futebol ensina (6º §);
- (E) (...) não há (...) sinais de mudança no que os causou (9º §).

15

Assinale a opção em que o termo destacado destoa dos demais por NÃO indicar finalidade:

- (A) uma explicação simples para a proliferação (...) (1º §);
- (B) (...) para vivermos este mês em estado de euforia (2º §);
- (C) (...) e que conta com eles para realizar o gesto (...) (5º §);
- (D) (...) se reúnem os amigos para misturar ansiedades (8º §);
- (E) (...). razão a mais para valorizar esse tempo de alegria (9º §).

16

Segundo a autora, o ensinamento do futebol é:

- (A) fazer o povo sentir-se o melhor do mundo;
- (B) saber ganhar e saber perder;
- (C) contrariar frequentemente cenários previsíveis;
- (D) despertar emoção por ser semelhante à vida;
- (E) nem sempre ser justa a vida.

17

Observe: “Uma razão a mais para valorizar esse tempo de alegria na vida de uma população que, no jogo da vida, sofre tantas faltas” (9º §).

Nas passagens destacadas, o deslocamento do campo semântico do futebol para “o jogo da vida” e o uso de “sofrer faltas”, em uma acepção diferente da mesma expressão usada naquele esporte, proporcionam ao texto um efeito:

- (A) descabido, por misturar inadequadamente diferentes esferas semânticas;
- (B) empobrecedor, por desviar-se e, conseqüentemente, fugir do tema “Copa do Mundo”;
- (C) estranho ao emprego usual de tais palavras e expressões, o que indica domínio precário da norma culta;
- (D) estético, porque, por meio de um expressivo jogo semântico, une dois conteúdos essenciais do texto;
- (E) inadequado, porque “sofrer faltas” é expressão privativa da linguagem esportiva.

18

“Passada a Copa, na retomada do cotidiano, é provável que encontremos, intactos, o desencanto e o mau humor (...)” (9º §).

A oração que corresponde adequadamente à reduzida de particípio acima destacada é:

- (A) à medida que a Copa vai passando;
- (B) embora a Copa tenha passado;
- (C) se a Copa tiver passado;
- (D) na medida em que a Copa passar;
- (E) quando a Copa tiver passado.

19

Pode-se identificar a presença de linguagem metafórica no seguinte trecho:

- (A) um bilhão de pessoas assistem às mesmas imagens confirmando o avanço da globalização (3º §);
- (B) no mundo de hoje comunicação e mobilidade se fazem em escala global (...) (3º §);
- (C) (...), mas os sentimentos continuam tingidos pelas cores da infância (3º §);
- (D) se o acaso é infeliz, chamamos de fatalidade (6º §);
- (E) o melhor do futebol é a alegria de torcer (8º §).

20

Assinale a passagem do texto que exemplifica uma estrutura passiva pronominal (também chamada de passiva sintética):

- (A) oportunidade (...) de se sentir o melhor do mundo (2º §);
- (B) comunicação e mobilidade se fazem em escala global (3º §);
- (C) o nosso [hino] é cantado a capela pelos jogadores (...) (3º §);
- (D) a multidão que se identifica com os craques (...) (5º §);
- (E) é, como poderia não ter sido (8º §).

Raciocínio Lógico Matemático

21

Uma conhecida forma para criptografar (ou codificar) mensagens é obtida pela substituição de cada letra da mensagem original pela letra que a segue no alfabeto, ou seja, deslocando uma posição para a direita. Assim a letra A é substituída pela letra B, a letra J pela letra K e, considerando o alfabeto circular, a letra Z pela letra A.



A mensagem

ATACAREMOS AO AMANHECER

seria, por esse método, codificada como

BUBDBSFNPT BP BNBOIFDFS

Entretanto, esse método não é muito bom, porque todas as letras A, por exemplo, são codificadas pela letra B. Se você quebra o código de uma letra, quebra de todas as suas ocorrências. Para melhorar isso, você poderia deslocar um número variável de posições para encontrar a letra do código. Assim, se para a primeira letra da mensagem o deslocamento fosse de uma posição para a direita, para a segunda letra fosse de duas posições, para a terceira letra, de três posições, e assim por diante, o código para a palavra SEGREDO seria:

- (A) TGJVJJV
- (B) TGJTGfQ
- (C) TGERGES
- (D) VJJVJGT
- (E) TGKWKXX

22

João quer comprar um televisor. Na loja A, o preço do aparelho escolhido por João é 100% maior que o preço da loja B. Entretanto, como João conhece o gerente da loja A, é possível negociar um desconto.

Nessas condições, o desconto mínimo que João precisaria obter na loja A para não pagar mais do que pagaria na loja B é de:

- (A) 75%;
- (B) 60%;
- (C) 55%;
- (D) 50%;
- (E) 25%.

23

Seja O um conjunto de objetos e P, Q, R, S propriedades sobre esses objetos. Sabendo-se que para todo objeto x em O:

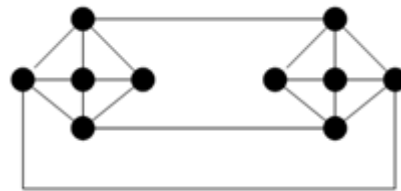
1. P(x) é verdadeiro.
2. Q(x) é verdadeiro.
3. Se P(x), Q(x) e R(x) são verdadeiros então S(x) é verdadeiro.

Pode-se concluir, para todo x em O, que:

- (A) se R(x) é verdadeiro então S(x) é verdadeiro;
- (B) S(x) e R(x) são verdadeiros;
- (C) se P(x) e Q(x) são verdadeiros então R(x) é verdadeiro;
- (D) se P(x) é verdadeiro ou Q(x) é verdadeiro então R(x) é verdadeiro;
- (E) se S(x) e Q(x) são verdadeiros então P(x) e R(x) são verdadeiros.

24

Considere a rede mostrada na figura abaixo, composta por 10 pontos e 19 linhas.

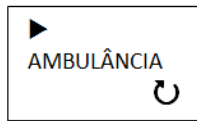


Para que o número de linhas que atinge cada ponto seja par, é necessário que seja(m) removida(s), no mínimo:

- (A) 1 linha;
- (B) 2 linhas;
- (C) 3 linhas;
- (D) 4 linhas;
- (E) 5 linhas.

25

Considere o cartaz que é mostrado abaixo.

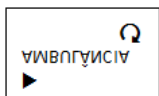


Se você, na frente de um espelho, segurar esse cartaz e virá-lo de cabeça para baixo, a imagem refletida será:

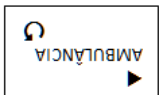
(A)



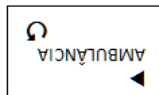
(B)



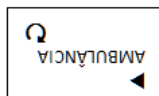
(C)



(D)



(E)



Noções de Informática

26

Joana precisa distribuir uma tabela de preços para um grupo de fornecedores da sua empresa. Os dados estão numa planilha MS Excel 2010, mas Joana gostaria de fazer a distribuição por meio de um arquivo no formato PDF. Para tanto, Joana deve selecionar a região da planilha que contém os dados e:

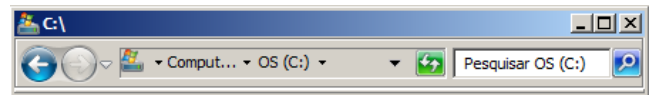
- (A) exportar esses dados para o formato PDF por meio das opções oferecidas na guia *Dados*;
- (B) usar as opções da guia *Desenvolvedor* para instalar um novo programa de conversão de dados;
- (C) acionar a opção *Opções* na guia *Arquivo* e configurar a exportação automática para formato PDF;
- (D) acionar a opção *Salvar como* na guia *Arquivo* e escolher o tipo PDF;
- (E) acionar o menu de *Imprimir* na guia *Arquivo* e escolher a opção *Salvar num arquivo*.

27

Maria possui uma coleção de arquivos contendo dados dos clientes de sua empresa, coletados mensalmente. A coleção inclui todos os meses de 2001 até 2013, e cada arquivo foi denominado pelo ano e o mês de referência, como mostrado a seguir.

```
Inscrições JAN 2001.xls
Inscrições FEV 2001.xls
...
Inscrições DEZ 2001.xls
Inscrições JAN 2002.xls
...
Inscrições DEZ 2002.xls
...
Inscrições DEZ 2013.xlsx
```

Esses arquivos estão espalhados por diversas pastas no HD de Maria (drive C:), e é preciso fazer uma busca para localizar todos os arquivos do mês de janeiro que são anteriores a 2010. A extensão pode ser .xls ou .xlsx. Maria vai fazer a busca por meio do Windows Explorer no Windows 7, cuja caixa de busca é ilustrada a seguir.



Nessas condições, o texto de busca deve ser:

- (A) Inscrições*JAN*20???.xls
- (B) Inscrições*JAN*200?.xls*
- (C) InscriçõesJAN 20???.xls
- (D) InscriçõesJAN20.xls
- (E) *.xls?

28

Observe o seguinte trecho de uma planilha MS Excel 2010.

	A	B
1	11	
2	12	
3	13	
4	14	
5	15	
6	16	
7	17	
8	18	
9	19	
10	20	

Uma maneira de obter uma lista com os números de 11 até 20, como a que foi mostrada, é:

- (A) digitar “=A0+1” na célula A1, selecionar a célula A1, copiar (copy), selecionar as células de A2 até A10, colar (paste);
- (B) digitar o valor 11 na célula A1, digitar “=A1+10” na célula A2, selecionar a célula A2, copiar (copy), selecionar as células de A2 até A10, colar (paste);
- (C) digitar o valor 11 na célula A1, digitar “=A1+1” na célula A2, selecionar a célula A2, copiar (copy), selecionar as células de A2 até A10, colar (paste);
- (D) digitar o valor 20 na célula A10, digitar “=A9-1” na célula A9, selecionar a célula A9, copiar (copy), selecionar as células de A2 até A10, colar (paste);
- (E) digitar o valor 1 na célula A1, digitar “A1+1” na célula A2, selecionar a célula A2, copiar (copy), selecionar as células de A2 até A10, colar (paste).

29

Observe o texto a seguir, trecho de um documento do MS Word 2010.

Aos 20 minutos, um dos melhores jogadores da Alemanha falhou. Kroos deu uma de Messi e deu um senhor passe para Higuaín, que perdeu. Os argentinos chegaram a festejar um gol de Higuaín que, corretamente, foi anulado.

Considere que tenha sido efetuado um procedimento de substituição no texto, que alterou o texto para o que é mostrado abaixo.

Aaes 20 minutaes, um daes melhaeres jaegadaeres da Alemanha falhaeu. Kraeaees deu uma de Messi e deu um senhaer passe para Higuaín, que perdeu. AEs argentinaes chegaram a festejar um gael de Higuaín que, caerretamente, faei anuladae.

É correto concluir que o texto a localizar e o texto que substitui que foram usados no procedimento são, respectivamente:

- (A) “o” e “ae”;
- (B) “o” e “aes”;
- (C) “e” e “es”;
- (D) “as” e “o”;
- (E) “ae” e “o”.

30

Observe um trecho de um documento do MS Word 2010 que opera sob o Controle de Alterações.

~~Texto de teste.~~

Segundo ~~texto teste~~ de ~~testexto~~.

O mesmo conteúdo, agora com a opção *Final* para a exibição da revisão, mostra-se como:

- (A) Segundo teste de texto.
- (B) Segundo teste de tesxto.
- (C) Texto de teste.
Segundo teste de texto.
- (D) Segundo de te
- (E) Segundo de texto.

Conhecimentos específicos

31

De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os:

- (A) menores de dezesseis anos, exceto se emancipados com a concessão dos pais;
- (B) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
- (C) ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- (D) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
- (E) pródigos.

32

É exemplo de espécie de ato administrativo sob o aspecto material, ou seja, relacionado a seu conteúdo, o ato de consentimento estatal chamado:

- (A) licença, que é um ato administrativo vinculado, em que o administrador não possui liberdade para agir, porque se o interessado preencher os requisitos legais para sua concessão ele tem direito a obtê-la;
- (B) permissão, que é um ato administrativo vinculado pelo qual a Administração é obrigada a consentir que o particular execute um serviço de utilidade pública quando ele preencher os requisitos legais para tal;
- (C) autorização, que é um ato administrativo vinculado pelo qual a Administração é obrigada a consentir que o particular utilize determinado bem público quando ele preencher os requisitos legais para tal;
- (D) auto de infração, que é um ato administrativo discricionário pelo qual a Administração afere a oportunidade e conveniência de punir o particular infrator;
- (E) multa, que é um ato administrativo discricionário pelo qual a Administração afere a oportunidade e conveniência de aplicar uma sanção pecuniária ao particular infrator.

33

Sobre o poder de polícia, é lícito afirmar que:

- (A) é remunerado por meio de tarifa, ou seja, preço público que é exigível pelo poder público ao particular sobre o qual recai a atuação do administrador;
- (B) se restringe à atuação das forças de segurança pública, com escopo de prevenir e reprimir a criminalidade;
- (C) se trata de direito absoluto da Administração Pública limitar a atuação do particular em prol do interesse público;
- (D) tem como característica a autoexecutoriedade, segundo a qual a Administração não depende da intervenção de outro poder para tornar o ato efetivo;
- (E) tem por fundamento a supremacia do interesse privado sobre o público, respeitados os limites legais.

34

Fernando é ocupante de cargo em comissão no Município. O Prefeito resolve exonerá-lo, sem prévio processo administrativo disciplinar, fundamentando o ato com argumento de que Fernando não cumpria corretamente a carga horária de trabalho. Ocorre que, logo após o ato, Fernando conseguiu comprovar que nunca faltou ao trabalho e que cumpria regularmente o horário de expediente. No caso em tela, haverá:

- (A) invalidação da exoneração, aplicando-se a teoria dos motivos determinantes, em razão da incompatibilidade entre o motivo expresso no ato e a realidade fática;
- (B) invalidação da exoneração, pois a exoneração de cargo em comissão é ato administrativo vinculado e o motivo utilizado para o ato não guarda congruência com os fatos;
- (C) invalidação da exoneração, pois apesar de a exoneração de cargo em comissão ser ato administrativo vinculado, não ocorreu o prévio processo administrativo;
- (D) manutenção da exoneração, pois os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito municipal, não havendo sequer necessidade de fundamentação;
- (E) manutenção da exoneração, pois a exoneração é ato administrativo discricionário, não cabendo controle sobre seu mérito administrativo.

35

Ao adquirir uma máquina por \$ 500, a empresa Semvagas pagou \$ 100 de entrada e vai financiar o restante em 12 meses. Ainda foram feitos pagamentos relacionados à máquina de \$ 10 de frete e mais \$ 50 de custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

O lançamento abaixo que melhor retrata a operação descrita é:

- (A) D – Imobilizado \$ 100
C – Caixa \$ 100
- (B) D – Imobilizado \$ 510
D – Despesas \$ 50
C – Caixa \$ 160
C – Financiamento \$ 400
- (C) D – Imobilizado \$ 500
D – Despesas \$ 60
C – Caixa \$ 560
- (D) D – Imobilizado \$ 500
C – Caixa \$ 160
C – Financiamento \$ 340
- (E) D – Imobilizado \$ 560
C – Caixa \$ 160
C – Financiamento \$ 400

36

Controle da administração pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder. Nesse contexto, afirma-se que:

- (A) o Poder Executivo realiza a sua fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, através de controle interno exercido pelo Tribunal de Contas;
- (B) o Poder Executivo exerce controle sobre o Poder Legislativo como, por exemplo, através do veto aos projetos de lei oriundos do Legislativo;
- (C) o Poder Judiciário controla os Poderes Executivo e Legislativo, por meio do controle, em regra, da legalidade e do mérito do ato administrativo e legislativo;
- (D) o Poder Legislativo exerce o controle externo sobre o Poder Executivo, quando a Câmara analisa as contas da municipalidade, mas não é controlado pelo Executivo;
- (E) o Poder Judiciário não sofre controle dos Poderes Executivo e Legislativo, pois tem a prerrogativa de proferir decisões finais através de seu órgão máximo, o Supremo Tribunal Federal.

37

Compete privativamente ao Município de Osasco, segundo sua Lei Orgânica:

- (A) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- (B) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- (C) promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- (D) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;
- (E) reger-se por sua lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

38

A Lei Orgânica do Município de Osasco assegura que a participação popular será garantida mediante:

- (A) audiência pública, a ser requerida por qualquer eleitor em pleno gozo de seus direitos políticos;
- (B) conselho tutelar, com competência para assegurar os direitos das crianças e adolescentes, mediante a participação direta ou indireta de, pelo menos, um por cento (1%) do total do número de eleitores do Município;
- (C) tribunal do júri, que julga os crimes dolosos e culposos contra a vida, como o homicídio;
- (D) iniciativa popular de leis, sob a forma de moção articulada, subscreta, no mínimo, por cinco por cento (5%) do total do número de eleitores do Município;
- (E) voto direto e secreto, que é facultativo para os analfabetos, deficientes e maiores de sessenta anos.

39

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Osasco:

- (A) são Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário;
- (B) compete privativamente à Câmara Municipal tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado;
- (C) os Vereadores são invioláveis no exercício do seu mandato e na circunscrição do território nacional, por suas opiniões, palavras e votos;
- (D) em matéria de elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito, aplica-se o requisito da idade mínima de dezoito (18) anos;
- (E) é permitido ao Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada, desde que em horário compatível com o expediente na Prefeitura.

40

Em matéria tributária, a Lei Orgânica de Osasco estabelece que:

- (A) é assegurado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- (B) é devida taxa relativa ao direito de petição, defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder e à obtenção de certidões para defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- (C) o Município divulgará, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos transferidos e recebidos;
- (D) a anistia ou remissão que envolva matéria tributária será concedida através de decreto do Prefeito;
- (E) são leis de iniciativa do Poder Legislativo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

41

Em tema de limitações da competência tributária, a Lei Orgânica de Osasco dispõe que é vedado ao Município:

- (A) delegar atribuições das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferidas a outra pessoa jurídica de direito público;
- (B) conceder isenção, a anistia e a remissão relativas a tributos e penalidades, ainda que em caráter genérico e fundadas em interesse público justificado;
- (C) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvadas a cobrança de pedágio pela utilização em vias conservadas pelo Poder Público;
- (D) instituir impostos sobre transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos e sua aquisição;
- (E) instituir impostos sobre as vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.

42

No que se refere à competência e capacidade tributárias, é correto afirmar que:

- (A) a capacidade tributária pode ser conceituada como a repartição do poder de tributar, conferido pela Constituição Federal aos diversos entes públicos, atribuindo, assim, o poder de instituir os tributos de sua exclusiva responsabilidade;
- (B) a competência tributária e a capacidade tributária ativa são indelegáveis, ainda que por meio de lei;
- (C) são atributos da capacidade tributária a exclusividade e a intransferibilidade pelo não exercício;
- (D) no Brasil, cada nível de governo possui competência para instituir os impostos que lhe são atribuídos, conforme a estrita atribuição dada pela Constituição Federal, não havendo possibilidade de sobreposição de competências em relação aos impostos e grande parte das contribuições;
- (E) a União Federal poderá instituir impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados, mediante emenda constitucional.

43

A empresa Longosanos foi contratada para fazer a limpeza das festas de fim de ano do ano X1 por \$ 100,00 e do Carnaval de X2 por \$ 150,00. Os valores foram integralmente recebidos pela Longosanos em março de X2.

Considerando apenas as informações acima, o impacto da operação no patrimônio da empresa em X1 é:

- (A) zero;
- (B) \$ 100,00;
- (C) \$ 125,00;
- (D) \$ 150,00;
- (E) \$ 250,00.

44

A empresa Semclientes possui três unidades. A primeira produz pneus, a segunda fabrica tapetes e a terceira produz perucas. Verificando que não há sinergia das duas primeiras unidades com a de perucas, a empresa colocou essa unidade a venda em X1 e entrou em contato com compradores. A venda só depende de advogados redigirem o contrato e deve ser finalizada no início de X2. Ao apurar o resultado do exercício de X1, o contador verificou que a unidade de perucas teve um lucro de R\$ 125,00.

A melhor classificação do lucro na demonstração de resultado é:

- (A) resultado financeiro;
- (B) resultado não operacional;
- (C) resultado de operações descontinuadas;
- (D) outros resultados operacionais;
- (E) outros resultados abrangentes.

45

A empresa Capa Bacana investiu \$ 1.000 em propaganda e publicidade em uma campanha para mudar a sua marca. O contador deve classificar esse desembolso como:

- (A) intangível;
- (B) investimentos;
- (C) despesas pagas antecipadamente;
- (D) ativo diferido;
- (E) despesas operacionais.

46

O contador da empresa Semdinheiro pediu para o estagiário levantar o “resultado antes dos tributos sobre o lucro” para que ele pudesse calcular o imposto de renda e a contribuição social.

Observe os saldos a seguir.

Conta	Saldo
Despesas administrativas	- 20.000,00
Despesas comerciais	- 25.000,00
Devoluções de vendas	- 30.000,00
Impostos de renda e contribuição social	- 18.000,00
Impostos sobre venda	- 20.000,00
Lucro bruto	80.000,00
Outras despesas operacionais	- 5.000,00
Receita Líquida de Vendas	300.000,00
Resultado financeiro	30.000,00

o saldo correto pedido pelo contador da empresa é:

- (A) \$ 60.000,00
- (B) \$ 45.000,00
- (C) \$ 42.000,00
- (D) \$ 10.000,00
- (E) \$ - 8.000,00

47

Considere os saldos da tabela a seguir:

Conta	Saldo \$
Amortizações Acumuladas	10,00
Bancos	110,00
Caixa	100,00
Contas a pagar	80,00
Contas a receber	130,00
Depósitos judiciais	40,00
Empréstimos	70,00
Estoque de Mercadorias	120,00
Fornecedores	60,00
Imobilizado	90,00
Intangível	50,00
Juros a apropriar	20,00
Provisão para causas cíveis	50,00
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10,00
Tributos a recolher	40,00

Os saldos do Ativo Circulante (AC) e do Patrimônio Líquido (PL) são:

- (A) AC \$ 430 e PL \$ 380
- (B) AC \$ 440 e PL \$ 360
- (C) AC \$ 450 e PL \$ 340
- (D) AC \$ 480 e PL \$ 320
- (E) AC \$ 490 e PL \$ 300

48

Conforme a Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores, as aplicações financeiras destinadas à negociação ou disponíveis para venda devem ser avaliadas pelo:

- (A) valor justo;
- (B) custo histórico;
- (C) valor presente;
- (D) valor corrigido;
- (E) valor bruto.

49

Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo só pode ser reconhecido no balanço patrimonial quando:

- (A) for adquirido de outra pessoa jurídica ou física com negócios no país sede da empresa adquirente;
- (B) houver a transferência da posse e seu valor seja calculável com o máximo de confiabilidade possível;
- (C) houver um documento fiscal relacionado à arrecadação de tributos do Estado;
- (D) for provável que gere caixa e seu custo seja mensurável;
- (E) a transação envolver duas partes independentes com o mesmo conhecimento sobre a negociação.

50

A alternativa que contém apenas relatórios que integram o conjunto completo de demonstrações contábeis exigidas pelo Pronunciamento Técnico CPC – 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis é:

- (A) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e relatório dos auditores independentes;
- (B) demonstração do valor adicionado, relatório de sustentabilidade e balanço patrimonial;
- (C) notas explicativas, demonstração do resultado abrangente e demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- (D) demonstração do resultado abrangente, relatório da administração e demonstração dos lucros acumulados;
- (E) demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado do exercício e relatório da administração.

51

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de:

- (A) relatório resumido da execução orçamentária;
- (B) relatório das despesas de pessoal;
- (C) relatório de gestão fiscal;
- (D) demonstração das variações patrimoniais;
- (E) estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

52

O ISS é um tributo municipal incidente sobre serviços prestados por empresa ou profissional autônomo, previsto em lei complementar. Esse tributo municipal:

- (A) tem uma alíquota máxima de 5% prevista em lei ordinária, mas não há previsão de alíquota mínima;
- (B) só pode ser cobrado pelos Municípios após a edição de lei complementar municipal;
- (C) incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza, de caráter profissional, prestados em caráter oneroso, desde que a empresa ou o profissional autônomo tenha estabelecimento fixo;
- (D) incide na importação de serviços, cabendo ao tomador estabelecido em território nacional efetuar a retenção e o recolhimento do ISS devido pelo prestador estrangeiro;
- (E) incide sobre o fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.

53

São modalidades de exclusão do crédito tributário:

- (A) o pagamento e a anistia;
- (B) a isenção e o pagamento;
- (C) o parcelamento e o pagamento;
- (D) a isenção e a anistia;
- (E) a prescrição e a decadência.

54

Município da Federação exige taxa de um sindicato de trabalhadores, em virtude de um serviço público específico e divisível a este prestado. Tal exigência:

- (A) é inconstitucional, pois esses sindicatos são equiparados ao Estado;
- (B) é inconstitucional, pois os sindicatos de trabalhadores são imunes à tributação;
- (C) é inconstitucional, pois os sindicatos de trabalhadores são entidades de utilidade pública;
- (D) é constitucional, ainda que não tenha sido formalmente instituída por lei, por estarem as taxas previamente previstas no Código Tributário Nacional;
- (E) é constitucional, desde que a taxa tenha sido instituída por lei.

55

São espécies de tributos os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais. No que se refere à classificação dos tributos, é correto afirmar que:

- (A) no caso de tributos não vinculados, a cobrança depende de uma atuação estatal em relação ao contribuinte;
- (B) são indiretos os tributos em que o contribuinte não tem possibilidade de transferir o ônus econômico da carga fiscal;
- (C) tributos progressivos ou regressivos são aqueles cujas alíquotas aumentam ou diminuem de acordo com critério específico;
- (D) são denominados extrafiscais os tributos cujo principal objetivo é a arrecadação de recursos para custeio de atividades específicas realizadas paralelamente às funções próprias do Estado, como a fiscalização do exercício de profissões ou a Seguridade Social;
- (E) a instituição de tributos reais deve observar o princípio da capacidade contributiva, enquanto os pessoais estão desobrigados dessa observância.

56

As fontes do Direito Tributário encontram-se delineadas no art. 96, incluindo-se no conceito de "legislação tributária" as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que tratem, total ou parcialmente, dos tributos e das relações jurídicas a eles relacionadas. Assim, é correto afirmar que:

- (A) o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66), aprovado como lei ordinária, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 como lei complementar;
- (B) as denominadas "cláusulas pétreas" só podem ser modificadas por emendas constitucionais;
- (C) a Constituição Federal cria e institui os tributos, cabendo ao Poder Legislativo a sua regulamentação;
- (D) a norma geral e abstrata aprovada pelo legislativo, aprovada por maioria simples, sendo a fonte das obrigações tributárias é denominada decreto legislativo;
- (E) lei ordinária pode instituir todas as espécies tributárias previstas na Constituição Federal.

57

No âmbito tributário, a expressão monetária sobre a qual deve ser aplicado o percentual para que se possa apurar o montante do tributo a pagar, definido por meio de Lei Complementar, é denominada:

- (A) valor de referência fiscal;
- (B) base de cálculo;
- (C) fato gerador;
- (D) hipótese de incidência;
- (E) alíquota.

58

De acordo com o Código Tributário do Município de Osasco, estará sujeito ao IPTU progressivo no tempo o imóvel cuja utilização não esteja adequada às determinações do Plano Diretor e demais normas de Direito Urbanístico, deixando de atender à função social da propriedade urbana, conforme apurado em regular processo administrativo. Para tanto, determina que seja respeitada a seguinte alíquota máxima:

- (A) 30% (trinta por cento);
- (B) 15% (quinze por cento);
- (C) 10% (dez por cento);
- (D) 5% (cinco por cento);
- (E) 3% (três por cento).

59

De acordo com a legislação municipal de Osasco relacionada à nota fiscal eletrônica, o tomador de serviços fará jus a crédito proveniente de parcela do ISS incidente sobre os serviços. Esse crédito poderá ser utilizado exclusivamente para o abatimento do valor do seguinte tributo:

- (A) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- (B) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI;
- (C) Imposto sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis e direitos a eles relativos – ITBI;
- (D) Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS;
- (E) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços – ICMS.

60

O proprietário de um bem imóvel localizado na zona urbana de determinado Município deve recolher anualmente um tributo em decorrência dessa propriedade, o IPTU. A base de cálculo desse imposto e o tipo de lançamento são, respectivamente:

- (A) valor da terra nua e lançamento de ofício;
- (B) valor venal do imóvel e lançamento por homologação;
- (C) valor de mercado e lançamento por declaração;
- (D) valor da terra nua e lançamento por declaração;
- (E) valor venal do imóvel e lançamento de ofício.

Realização

